

Novas tecnologias e seus impactos na sociedade: o governo eletrônico em Belo Horizonte e promoção da cidadania a partir do orçamento participativo digital

Vandeir Robson Matias ¹

Gabriela de Oliveira Antunes²

Mateus Augusto Lacerda Campos³

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea alguns sujeitos encontram-se “inseridos” na era da informação, da imagem, do satélite, da fibra ótica, do cartão magnético, da virtualidade e da Internet para citar alguns exemplos. Alguns, porque o processo de globalização causa um movimento dual: inclusão e exclusão ao mesmo tempo, para a manutenção do próprio sistema. Milton Santos (1994) contribui para as reflexões acerca do processo de exclusão, ao considerar como pobres aqueles que vivem nas cidades, mas que não possuem condições de consumir. Esses, ao deparar-se com essa impossibilidade de consumo, sentem-se excluídos, é quase que um sentimento psicossocial de exclusão.

Percebe-se que existe uma gama de cidadãos que se encontram excluídos por algum motivo. Hoje nos deparamos com um novo termo: inclusão digital. Os problemas básicos⁴ da humanidade não foram sanados e já se identificam cidadãos excluídos digitalmente, de modo gerar a ocorrência de políticas públicas de inclusão dessa categoria.

Podemos vislumbrar que existem novas relações do homem com a sociedade, novas demandas, que não são aquelas que conhecemos como básicas. Dentro desse cenário digital entram em cena as Nts (Novas tecnologias da informação) definidas por alguns autores como um conjunto de recursos técnicos que vem se desenvolvendo aceleradamente possuindo um potencial de aplicação e utilização em uma gama de setores da sociedade possibilitando novas abordagens dentro desses setores que a utilizam.

¹ Professor do CEFET-MG vandeir@deii.cefetmg.br

² Bolsista FAPEMIG CEFET-MG gabreula@hotmail.com

³ Bolsista FAPEMIG CEFET-MG slik_lacerda@hotmail.com

⁴ Consideramos como problemas básicos, aqueles ligados à organização do consumo coletivo, baseado na vida diária de todos os grupos sociais. O consumo refere-se à moradia, educação, cultura, comércio, transportes, etc.

As novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um considerável contingente de atores em função de seus objetivos particulares, essas técnicas são apropriadas por alguns setores estatais e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades.

A globalização perversa tal como coloca Santos (2002), nos instiga a refletir sobre os atuais processos espaciais e as políticas públicas nesse processo informacional. A cidade segundo Harvey é a concretude desses processos espaciais e essa mesma cidade reflete características da sociedade. A cidade é isso, contudo no processo da globalização perversa, ela ganha novas formas; um migrante seletivo, novas profissões, novo número populacionais, novas densidades demográficas enfim novos papéis associados a elementos virtuais que aparecem na configuração do espaço urbano. (HARVEY, 1981).

No período global, as cidades⁵ ganham a função de lugar da produção e com formas de organização modificadas (HARVEY, 1996). É um período confuso, diante da nova dinâmica territorial. Destaca-se a natureza multifacetada do espaço na abordagem de Lefebvre (1999), o espaço representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais; é ao mesmo tempo, localização física, liberdade existencial e expressão mental, “local geográfico da ação e possibilidade social de engajar-se na ação”; é “um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção”; é “um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes”.

Atualmente a cidade é uma cibercidade, repleta de redes de telecomunicações, informática e informações *on line*. Existe assim um movimento de virtualização do urbano que interfere na sua organização e planejamento. A virtualização atinge mesmo as modalidades do estar junto, a constituição dos nós gerando comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual.

⁵ Algumas cidades são sedes do poder político, das corporações transnacionais, das principais organizações trabalhistas; importantes centros de atividade industrial; confluência das principais ferrovias, rodovias, portos e aeroportos internacionais; sedes dos principais bancos e empresas seguradoras, de empresas disseminadoras de informação; aglomerações de instituições de pesquisa; concentração de grandes populações e de mão-de-obra internacional; de empregados nos serviços em contraposição aos empregados na indústria; possuem centros especializados na prestação de serviços; significativos mercados internacionais.

Afinal, o que vem a ser o virtual de fato. O virtual possui somente uma pequena afinidade com o falso, ilusório ou imaginário. Para Lévy (1996, p.22), o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: atualização.

Portanto o virtual está ligado a um acontecimento, a uma inovação, uma criação no espaço que metamorfoseia incessantemente. Não é ilusório e nem inventivo e sim criativo, solução possível de um devir. É como se um espaço diferenciado nascesse bem diante dos nossos olhos, um espaço que valorizasse o coletivo reunido a partir da virtualidade.

O virtual contribui para a des-re-territorialização, gerando diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo estar preso a um lugar ou tempo em particular.

Existem várias organizações sociais, novas unificações coletivas, gerando tempos e espaços diferentes. A velocidade do fluxo de informações, serviços, mercadorias e conhecimento é a primeira característica da virtualização do espaço geográfico, conforme Castells (2002: p. 487) aponta:

(...) a interação entre a nova tecnologia da informação e os processos atuais de transformação social realmente têm um grande impacto nas cidades e no espaço. De um lado, o *layout* da forma urbana passa por grande transformação. Mas essa transformação não segue um padrão único, universal: apresenta variação considerável que depende das características dos contextos históricos, territoriais e institucionais. De outro, a ênfase na interatividade entre os lugares rompe os padrões espaciais de comportamento em uma rede fluida de intercâmbios que forma a base para o surgimento de um novo tipo de espaço, o espaço de fluxos.

Sendo assim, novas configurações territoriais emergem de processos simultâneos de concentração e descentralização, ou seja, a virtualidade gera primordialmente a desterritorialização. Virtualizar-se exige renúncia à presa, ao poder e abandono à propriedade. Criam-se espaços cada vez mais efêmeros.

Nessa lógica de virtualidade aplicada ao acesso de informações da cidade, o computador é antes de tudo um operador de potencialização da informação. A comunicação via rede de computadores, é um complemento, um adicional dos encontros físicos, pois preservar uma maneira original de construir coletivos inteligentes.

Novas técnicas, novas configurações sócio-econômicas e políticas de inclusão social podem a todo o momento recolocar em questão a ordem e a importância dos conhecimentos. A informação e o conhecimento são doravante a principal fonte de produção de riqueza. Os hiperdocumentos acessíveis por uma rede de informática são poderosos instrumentos de escrita-leitura coletiva, contribuindo para a interconexão dos lugares e tomada de decisões. Segundo Cabral (1995, p.18):

A questão do acesso à informação esta diretamente relacionada a da democracia, uma vez que um autêntico regime democrático pressupõe o amplo acesso e livre circulação de informações a fim de que os indivíduos possam exercer efetivamente seus direitos de cidadania participando das decisões em todos os níveis.

O saber é uma figura móvel e transforma a infra-estrutura em infoestrutura, onde a informação e o conhecimento são fontes de riqueza para o planejamento urbano, construção da cidadania⁶ e democracia e figura-se entre os bens econômicos principais de nossa época.

Os cenários virtuais são independentes, eles complementam a vida urbana e não a substituem, por isso o poder do Estado continuou a existir. As cidades estão sendo fragmentadas, nem todos têm acesso a cibercidade. Então existe o espaço de fluxo e o espaço de lugares criando noções de unidades, de identidade e de localização. Entender todo esse processo é decisivo para o planejamento e criação de políticas por parte do Estado para inclusão de cidadãos e manutenção da democracia no espaço urbano. Segundo Maia (2002, p.47):

(...) as novas tecnologias podem propiciar um ideal para a comunicação democrática, oferecendo novas possibilidades para a participação descentralizada, elas podem também, sustentar formas extremas de centralização do poder.

Gerado no ambiente das novas tecnologias, o conceito de governo eletrônico⁷ ganha novos contornos. Um dos fatos mais positivos do processo em gestação é a perspectiva de entrada em cena de novos atores nos debates sobre o tema, com impactos importantes onde às políticas públicas que tendem a colocar o cidadão e a cidadania como foco central. Esse

⁶ A noção de cidadania requer o mínimo de igualdade social e justiça social e seu exercício para ressignificar a realização democrática de uma cidade compartilhada por todos os indivíduos de um país.

⁷ O governo eletrônico é a contínua otimização da prestação de serviços do governo, da participação dos cidadãos e da administração pública pela transformação das relações internas e externas através da tecnologia, da Internet e dos novos meios de comunicação. O governo eletrônico tem assumido cada vez mais destaque pelo crescimento das expectativas dos cidadãos, globalização e progresso tecnológico e reforma do governo.

modelo de política pública é representado por um conjunto de ações sociais desenvolvidas pela administração pública direta, onde se busca o investimento em transparência e estímulo ao relacionamento com o cidadão.

Ofertar serviços públicos do Estado ao cidadão e viabilizar acesso às informações necessárias à construção da cidadania e democracia são os preceitos básicos da Política de inclusão digital⁸, ou seja, é a tentativa de gerar igualdade de oportunidades na sociedade da informação, pois a informação é para todos. Segundo o Relatório síntese da II oficina de inclusão digital:

O acesso à informação e o direito à comunicação são direitos inalienáveis do ser humano e, por isso, o acesso e a produção da informação utilizando *tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs)* devem ser compreendidos como um novo direito humano fundamental, devendo ser respeitado, garantido e promovido pelo Estado brasileiro. *Inclusão digital* e produção do conhecimento são fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico, cultural, político e social do país. O processo de inclusão digital deve ser entendido como acesso universal ao uso das TICs, e como o usufruto universal dos benefícios trazidos por essas tecnologias.

OBJETIVO GERAL

Objetiva-se investigar o Programa de governo eletrônico, orçamento participativo e Inclusão digital⁹ da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e seu impacto na gestão da cidade promovendo a construção de um espaço para o exercício da cidadania e democracia a luz do modelo de gestão virtual das cidades de Amsterdã- Holanda e Bolonha- Itália pois a origem desses modelos de cidades digitais pioneiras são significativas para fins analíticos e de reformulações e constituem-se como base para as reflexões dessa pesquisa.

O objetivo geral é discutir as transformações do relacionamento institucional entre cidadãos e gestores da cidade em face ao advento do ciberespaço e a influência do Programa de Inclusão digital na construção da cidadania e democracia, assim como gestão

⁸ Esse termo também é conhecido como políticas públicas de tecnologia da informação.

⁹ As questões referentes à exclusão digital tem sido tema central dos debates sobre políticas públicas, pois existe uma percepção de que as tecnologias da informação e comunicação têm um papel importante no avanço do bem estar social dos indivíduos. Assim, são essenciais políticas que possam equipar e capacitar os cidadãos a usarem tecnologia configurando uma nova gestão do conhecimento.

do conhecimento urbano. O objetivo específico é aprofundar no processo de manipulação através do ciberespaço e sua ligação ao de veiculação de informações aos indivíduos de modo a criar uma sensação de participação na gestão da cidade de Belo Horizonte, mantendo assim a função do urbano em Lojkin (1981: 143).

(...) nas novas condições de desenvolvimento do capitalismo, o urbano é um dos lugares decisivos da luta de classes, na medida em que ele “resume” a principal contradição entre a exigência de desenvolvimento do trabalho vivo – e, sobretudo seu desenvolvimento intelectual – e a lógica de acumulação do trabalho cristalizado que tende a restringir ao máximo esse desenvolvimento em função de suas necessidades imediatas.

Figuram como hipóteses a serem averiguadas a idéia de que o acesso às informações eletrônicas da cidade de Belo Horizonte caminha em direção a organização do consumo coletivo¹⁰ baseado na vida diária de todos os grupos sociais. O que assemelha-se ao início do programa de governo digital tanto de Amsterdã quanto Bolonha. Todavia não há a garantia da construção da cidadania¹¹ e democracia, pois o desenvolvimento dessas características nas cidades envolve outros elementos¹² que o processo tecnológico não desenvolve ou não agrega na relação sujeito/máquinas. Mesmo usando de novas tecnologias o acesso à cidade está distante como expressa Jacob (1986).

O direito a cidade é algo que apenas está no horizonte muito longínquo já que isso representa acima de tudo a possibilidade de transformação do cotidiano, de forma que cada habitante e principalmente os mais carentes possam de fato habitar e participar plenamente do espaço que habitam, configurando a conquista de direitos que representam a conquista do espaço, não somente em termos das conquistas materiais, mas, principalmente, na constituição de uma identidade que gradualmente vai quebrando a consciência fragmentária que lhes é imposta pelo sistema político dominante.

¹⁰ O consumo refere-se à moradia, educação, cultura, comércio, transportes, etc. são questões fundamentais a serem levadas ao debate sobre a cidade, embora a população demande muito mais que equipamentos de consumo coletivos.

¹¹ Em Santos, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1988. O cidadão tem sido massificado pelos processos capitalistas que o transformou do cidadão para consumidor e agora de cidadão para usuário no meio técnico científico informacional.

¹² Esses elementos tratam da noção de pertencimento do lugar, gestor da cidade e do conhecimento e autogestão da condição de existência humana enquanto direito.

DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À SOCIEDADE INFORMACIONAL

A Revolução Industrial consistiu um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo a nível econômico e social. Iniciada na Grã-Bretanha em meados do século XVIII expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX. Ela significou a substituição da ferramenta pela máquina e a divisão do trabalho, contribuindo para consolidar o capitalismo como modo de produção dominante.

A Revolução Técnico-científica privilegiou a informatização do meio científico para garantir o enriquecimento da tecnologia, em seguida, passou à informatização de outros meios. A informática então era concentrada em únicos lugares, de onde começou, por meio de redes privadas, a expandir seus territórios.

A chegada da globalização, que é, de acordo com de Sene (2004, p.37-44), *"aceleração em todos os setores da vida"* e automaticamente uma interação maior a âmbito mundial, entre os países. É a própria Era da Informação, como explicita o Relatório do Desenvolvimento Humano (1999), citado em de Sene:

“a combinação da informática com as comunicações, (...), gerou um crescimento súbito e sem precedentes de formas de comunicas. (...) enormes ganhos de produtividade, custos sempre decrescentes e rápido crescimento das redes de computadores transformaram os setores da informática”.

Percebe-se que os avanços nos setores de telecomunicações, geram um grande avanço e um enorme fluxo de informações, que passam a ser processadas e difundidas numa velocidade cada vez maior. Por conseguinte observa-se o avanço das tecnologias da informação e um espaço cibernético que vem em constante crescimento, que a princípio beneficia apenas certa camada da sociedade, mas que vem se tornando um espaço público, que ainda pode se tornar um ciberespaço voltado para os exercícios da cidadania e democracia.

O mundo atualmente sofre forte influencia da revolução informacional. As ciências começaram a dialogar umas com as outras, características essas da Terceira Revolução Industrial ou Revolução Técnico-científica.

É neste cenário que se observa em Belo Horizonte o advento do Governo Eletrônico, política pública que aproxima o cidadão da administração governamental.

GOVERNO ELETRÔNICO: BASES E CONCEITOS

O governo brasileiro está priorizando a assimilação das novas tecnologias da informação aos seus processos administrativos e à prestação de serviços ao cidadão. Embora aparentemente contraditório, o avanço nessa direção tem ocorrido a despeito das limitações de ordem sócio econômica que dificultam, no Brasil, o acesso da maioria da população a sistemas de telefonia e a equipamentos de informática. Foi lançada uma política de governo eletrônico, sob condução direta da Presidência da República, que procura articular diversas iniciativas e projetos visando à universalização do acesso aos serviços prestados pelo governo, por meio da Internet.

O número de usuários da Internet no Brasil pode ser estimado entre 4 a 9 milhões, um percentual inexpressivo diante a população total do Brasil. Na busca de caminhos para a universalização do acesso à Internet no Brasil, é necessário considerar alguns obstáculos.

O serviço de telefonia convencional é utilizado como o principal meio de conexão pela maioria dos usuários da Internet no Brasil, o número de linhas telefônicas é estimado em 62,5 milhões tendo um acréscimo de 39% após a privatização das empresas de telefonia. Dessa forma, o limitado acesso a linhas telefônicas pelos usuários e também pelas empresas provedoras ainda é um fator limitante da expansão da rede. Outros obstáculos a universalização do acesso a Internet são os preços elevados dos serviços de telefonia convencional, o custo dos equipamentos de informática e a predominância absoluta de conteúdos em idioma inglês, o que restringe de forma significativa o número de usuários.

O governo federal já oferece um amplo conjunto de serviços por meio da Internet. Em sua quase totalidade, estão interligados ao portal Rede governo (www.redegoverno.com.br). Alguns serviços importantes estão disponíveis ao cidadão como entrega de declaração do Imposto de renda, divulgações de editais de compras governamentais, matrícula escolar no ensino básico, programas de ensino a distância, informações sobre programas do governo federal, entre outros.

A situação do governo federal brasileiro evidencia a necessidade de uma política integrada e abrangente para que se obtenha à efetiva universalização do acesso as tecnologias da informação e aos serviços de interesse do cidadão. A infra-estrutura dos

serviços está baseada na operação de uma malha múltipla e diversas redes isoladas, com isso os serviços não obedecem a padrões de interatividade, as interfaces com o usuário nem sempre são amigáveis e constata-se um descompasso entre os diversos órgãos governamentais no ritmo de assimilação das tecnologias da informação. Outra deficiência é a necessidade de regulamentação legal da autenticação de documentos eletrônicos e, em especial, dos pagamentos eletrônicos ao governo.

O governo brasileiro deu prioridade à formulação de uma política de tecnologia de informação e comunicação voltada para a administração pública, baseada no pressuposto da sua atuação enquanto organização, integrada, eficiente e transparente, graças à utilização intensiva das novas formas eletrônicas de interação. De fato, a implementação dessa política trouxe diversas iniciativas e projetos entre eles o mais abrangente é o programa “Sociedade da Informação”, conduzido pelo ministério da Ciência e Tecnologia (Socinfo/MCT), que coordena ações voltadas para o fortalecimento da competitividade da economia e para a ampliação do acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação.

As ações que propõe a atuação do Governo em parceria como segmento empresarial e a comunidade científica e tecnológica. As principais linhas de ação são estimular novas formas de comunicação e de acesso comunitário à Internet, fortalecendo a cidadania e a coesão social, promover a informatização da administração pública, entre outros.

As iniciativas voltadas para a universalização do acesso aos benefícios da tecnologia da informação dispõem de recursos financeiros provenientes do setor de telecomunicações. A implementação do programa Br@sil.gov, que prevê a aplicação daqueles recursos financeiros na ampliação da rede de telecomunicações, em especial nas localidades distantes. Além disso o governo federal desenvolveu uma política de gestão de informação, que está implantando padrões para a certificação e autenticação eletrônicas.

O programa Governo Eletrônico reúne muitas ações já em andamento, o programa está explorando as potencialidades da tecnologia da informação no aprofundamento das ações de reforma da administração pública, em especial nos aspectos de melhoria da prestação de serviços ao cidadão, acesso a informações, redução de custos e controle social sobre as ações de governo. Assim, o desenvolvimento do governo eletrônico visa também promover a universalização do acesso do cidadão aos serviços prestados pelo governo, a

integração entre os sistemas, redes e bancos de dados da administração pública e a abertura de informações à sociedade, por meio da Internet. O governo eletrônico se propõe a utilizar a sua infra-estrutura e recursos para apoiar a universalização do acesso à tecnologia da informação, por meio da disseminação de quiosques eletrônicos em localidades distantes.

A política brasileira de governo eletrônico prevê a atuação do governo em três frentes fundamentais: a interação com o cidadão, a melhoria da sua própria gestão interna e a integração com parceiros e fornecedores. Em relação ao cidadão, estão sendo criados portais na Internet que funcionam como verdadeiros balcões virtuais de informação e de atendimento para a prestação de serviços.

Governo Eletrônico é uma tendência global, onde governos de todo o mundo têm concentrado esforços no desenvolvimento dessa nova política de aproximação ao cidadão. Visa construir um conjunto de diretrizes que atuam em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da gestão interna do Estado; e na integração com parceiros e fornecedores.

As tecnologias da informação (TI's) têm sido empregadas por governos a âmbito mundial às esferas municipal, estadual e federal, como para democratizar o acesso ao conhecimento, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais.

Pretende-se a transformação das relações do governo com os cidadãos, empresas e também entre os órgãos do próprio Estado, de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados. Fortalecendo a participação cidadã por meio do acesso a informação e a gestão governamental.

No Brasil, o programa de Governo Eletrônico tem como prioridade principal a promoção da cidadania. Abandona-se a visão de um cidadão-usuário que antes de tudo é considerado um "cliente" dos serviços públicos, aprimorando assim a idéia de coletivismo, ou seja, dando como referência os direitos coletivos e uma visão de cidadania que não se restringe aos direitos dos indivíduos. Porém não abandona a preocupação em atender as necessidades e demandas dos cidadãos individualmente, mas vincula aos princípios da universalidade, da igualdade perante a lei e da equivalência na oferta e serviços e informações.

O governo brasileiro prioriza ações como a da Inclusão Digital, como para ser um elemento de conexão da sociedade, fazendo assim com que a informação e o conhecimento possam chegar a todos.

Há também a gestão do conhecimento que é compreendida, no âmbito de governo eletrônico, como um conjunto de processos sistematizados, capazes de assegurar a habilidade de criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar conhecimentos estratégicos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.

Para o sucesso de qualquer Governo Eletrônico é necessário a interoperabilidade, ou seja, a capacidade de um sistema (informatizado ou não) de se comunicar de forma transparente ou o mais próximo disso, com outro sistema, sendo ele semelhante ou não. A interoperabilidade é fundamental já que é um direito e dever de todo cidadão brasileiro, se manter informado, opinar e decidir as melhores situações para o desenvolvimento geral do Estado.

Assim, nota-se que o Governo Eletrônico é uma iniciativa de aprimoramento das formas de manter o exercício da cidadania. Sustentando um contato maior entre o povo e o Estado através das tecnologias de informação e comunicação, que são um meio fácil e que podem chegar a todos aqueles que procuram exercer suas funções como cidadão.

O artigo *A Gestão da Informação e o Processo Decisório na Administração Municipal de Belo Horizonte* de Myrza Vasques Chiavegatto discute a importância dos processos de gerenciamento da informação e o uso apropriado da informação processada pelos sistemas de engenharia virtuais. A autora procurou verificar como os ambientes informacionais da administração pública municipal são percebidos e gerenciados além de conhecer seu processo de elaboração de estratégias e estruturas de sistema de informação que auxiliam no processo de tomada de decisão.

O aumento do ritmo da inovação e o desenvolvimento simultâneo das telecomunicações e da informática têm produzido significativas mudanças nas estruturas sociais, econômicas e organizacionais da sociedade. Essa característica dos nossos tempos gera falta de informação apropriada ao processo decisório.

O artigo mostra uma dificuldade que a maioria dos administradores encontram na obtenção de informações apropriadas o que gera ainda mais problemas na tomada de

decisão. Nota-se um baixo uso das tecnologias de comunicação como a Internet nas ações governamentais, assim como as dificuldades de uso de computadores e obtenção de informações pelos administradores. Existe uma grande necessidade de expansão das redes de distribuição de informações, tendo em vista o inadequado processo de difusão praticado. Percebe-se ainda a ausência de uma política de informação definida para os órgãos da administração pública municipal o que gera a dispersão e a debilidade das estruturas de gerenciamento da informação que acabam implicando no seu controle setorial restrito. Sendo assim, ocorre concentração quase exclusiva dos objetos informacionais individuais das unidades e dos órgãos públicos municipais.

Não obstante, a autora nos leva a crer que não existe um modelo estruturado de gerenciamento da informação, aplicado de maneira sistematizada na administração pública de Belo Horizonte. Conclui-se que os sistemas utilizados são pouco voltados para tomada de decisão e se tornam incapazes de fornecer informações suficientes e relevantes aos cidadãos.

INTERNET

Para entender o conceito ou apenas chegar ao consenso do que vem a ser Internet, é pertinente aprofundar um pouco na sua história. A Internet surgiu por volta da década de 60 no século passado período de maior disputa entre as duas potências mundiais da época, Estados Unidos e a ex-União Soviética. O governo norte americano queria que suas bases militares trocassem informações de maneira rápida e eficiente, então foi criado um sistema de transmissão de dados chamado ARPANET. Depois de confirmar a eficiência deste sistema as universidades começaram a utilizar a ARPANET em pesquisas científicas chegando assim o que hoje denominamos Internet.

A partir de seu histórico conclui-se que Internet corresponde a uma rede de transmissão de dados que auxilia as pessoas na comunicação e produção de conhecimento. Essa transmissão pode se dar por fibras ópticas, via satélite e via rádio.

Existem vários tipos de *sites*¹³, alguns educativos, outros informativos, monitores de busca, entre outros. A Internet está sendo utilizada em diversas áreas como na educação. Os professores a utilizam para que as aulas não se restrinjam apenas ao ambiente formal de

aprendizagem, contribuindo para que os alunos adquiram conhecimento às diversas áreas da ciência de maneira atualizada. O uso da Internet é usado também para esclarecimento e informações de tudo ou quase tudo que se passa em seu estado, sua cidade, seu município até no seu bairro.

O acesso a Internet, pode influenciar no desenvolvimento sociocultural das pessoas, pois se trata de um fluxo enorme de informações carregadas de idéias, comportamentos, culturas bem diferentes uma das outras. Esse fator pode elevar a sociedade, isso depende da forma em que se são produzidas, disseminadas e utilizadas as informações. A Internet possui uma história recente, mas que evoluiu muito rápido beneficiando assim de maneira significativa a globalização proporcionando um fluxo intenso de informação em alguns territórios em detrimento de outros.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Para investigar a possibilidade de construção da cidadania e democracia através do acesso de informações eletrônicas via Internet, propõe-se a seguinte metodologia:

1. A primeira fase é fazer um levantamento da obra dos principais autores que trabalham com temáticas associadas ao espaço urbano. .
2. Avaliação técnica do site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que é um meio para disseminação da informação governamental de domínio público.
3. A quarta fase da metodologia é dedicada ao estudo de um exemplo tendo como foco a metrópole Belo Horizonte. O objetivo é verificar como os elementos virtuais utilizados pelos gestores da cidade em específico o orçamento participativo refletem na democracia, na vida dos cidadãos e consequentemente no planejamento da cidade.

Para isso será definido um elemento virtual utilizado pela prefeitura de Belo Horizonte, no caso o seu site. O portal Internet da PBH recebeu prêmio Top 10 Regional MG concedido pela IBest 2002. Soma-se a esse fato a preocupação do município com a

¹³ Paginas da Web.

construção de uma nova esfera pública através da proposta de integração política, de reordenação administrativa e do aperfeiçoamento técnico de seus serviços de informação para o público.

Serão utilizados instrumentos de análise como:

- Análise do site da prefeitura de Belo Horizonte a fim de verificar as informações disponibilizadas pela prefeitura aos cidadãos.
 - Ficha de avaliação dos Websites dos órgãos públicos elaborados pelos organizadores do Congresso Nacional de Informática pública/Conip que se baseia nos seguintes critérios (apresentação, serviços, conteúdo, consistência, privacidade, facilidade de uso).
 - Entrevista com os organizadores do Website da Prefeitura de Belo Horizonte. A entrevista será feita com o órgão responsável pela gerência do site que é a Prodabel (Empresa de informática e informação de Belo Horizonte). As questões que se pretendem verificar são (Objetivos do site, organização e financiamento, serviços on line, características dos usuários, acessibilidade, estatísticas e benefícios sociais).
 - Questionários aplicados aos usuários para verificar a utilização do site para fins de acesso a serviços públicos, solução de pendências, etc. Entrevistas e questionários serão utilizados para verificar a participação da população no processo de gestão da cidade e até que ponto essa participação colabora na gestão da cidade e na construção de um espaço mais solidário e democrático.
4. A última fase da pesquisa visa trabalhar com o tratamento dos dados coletados e posterior análise dos mesmos na busca da associação entre teoria e prática. Será utilizado o apoio de métodos estatístico para calcular o tamanho da amostra a ser considerada, para manter o rigor científico, considerando também uma margem de erro nos dados levantados.

sim [mencione o nome] não não sei

C2. Há anuncio de produtos e serviços incluídos no site?

sim não não sei

C3. Há indicações claras sobre o autor do site e sua qualificação acadêmico-profissional?

sim não não sei
[mencione nome/qualificação]

C4. A informação contida no site encontra-se protegida por copyright?

sim não não sei

D. Design/ Apresentação/ Forma

D1. Como o site encontra-se estruturado/ organizado?

Bem estruturado Mais ou menos mal estruturado.

D2. É fácil navegar pelo site? (ir de um ponto para outro ou de link para link sem se sentir perdido ou desorientado)?

Fácil Mais ou menos Difícil.

D3. O site oferece mecanismos de busca de informação?

Sim e muito bem sinalizadas

Sim ,mas mal sinalizadas Não

D4. É fácil retornar a pagina inicial a partir de qualquer ponto do site?

Fácil Mais ou menos Difícil.

D5. O processo de carregamento do site é rápido e eficiente?

Sim Parcialmente Não

D6. Existem links rompidos nos “lugares” pelos quais você passou?

Muitos Alguns Não

E. Estética/ Aparência Geral/ Legibilidade

E1. A estética do site incentiva a exploração do seu conteúdo?

Sim Parcialmente Não

E2. É fácil ler a informação contida no site?

Sim, sem qualquer interferência da cor de fundo/ texto e tamanho da fonte.

Não, pois a cor de fundo/ texto e tamanho da fonte prejudicam a legibilidade do site.

E3. O site contém ilustrações?

Sim. Nítidas e coordenadas com os outros elementos da página.

Sim, mas com problemas de qualidade Não há

E4. O site contém vídeos ou sons?

Sim e contribuem para que os objetivos sejam alcançados.

Sim ,mas não contribuem para que os objetivos sejam alcançados

Não há

E5. O site utiliza outras formas de interatividade(animação/ simulação) que aumentam seu valor educacional?

sim não não sei

F. Confiabilidade/ Objetividade

F1. As fontes de informação mencionadas podem ser verificadas por outras referências?

sim não não sei

F2. As informações que você acessou no site contém erros gramaticais e de digitação?

Nenhum erro Alguns erros Muitos erros.

F3. Caso haja links para outros sites, a informação encontrada é útil para complementar o conteúdo já apresentado?

Útil Pouco útil Não há links

F4. O propósito do site encontra-se claramente mencionado?

Sim(indique o propósito) Não Não sei

F5. Como a informação é apresentada no site?

Sob várias perspectivas Sob um único ponto de vista Não sei

F6. Você confia na informação transmitida pelo site?

Plenamente mais ou menos Não

G. Atualização

G1. O site foi atualizado recentemente?

Sim (data / /) Não (data / /) Não sei

G2. O site oferece oportunidades para comentários e sugestões?

Sim Não Não sei

G3. O site inclui referências a tópico/ temas atuais?

Sim Não Não sei

ANÁLISE TÉCNICA

O site da Prefeitura de Belo Horizonte (BH.gov) possui como objetivo oferecer informações ao público em geral e a cidadãos atentos, apresentando-os da melhor forma possível, dando ênfase a aspectos como aparência, legibilidade, confiabilidade, objetividade e atualização. A PBH oferece grande quantidade de serviços, apresentando-se de uma maneira bem estruturada e de fácil mobilidade ou navegação. Possui um bom mecanismo de busca de informação e não apresenta links corrompidos.

A estética do site e da própria página inicial incentiva a exploração do conteúdo. As informações são fáceis de ler, comprovando o direcionamento ao público geral e não somente a níveis superiores de ensino. Não se pode dizer que o site não possua recursos de interação, pois mesmo não tendo recursos de sons ou vídeos, a PBH oferece ótimas ilustrações que explicam bastante o que os textos dizem.

As informações oferecidas se encontram sem erros, com textos bem objetivos e seu propósito é bem mencionado. Apresentam-se sob várias perspectivas, porém como suas fontes não podem ser verificadas por outras referências, a confiança do público não chega a ser plena. O site se encontra sempre atualizado, incluindo sempre referências a temas atuais. Oferece uma área para contato com os autores (que não são claramente especificados), porém deixa a desejar um pouco nesse ponto.

Apesar de toda a boa estrutura apresentada, o site demonstra algumas deficiências que podem ser facilmente reestruturadas. Os gráficos e ilustrações encontram-se desatualizados e as informações poderiam conter referências a fim de transmitir confiança ao público.

COMENTÁRIO FINAL

A presente pesquisa possui três meses de desenvolvimento e conta com o apoio da FAPEMIG. Muitas questões estão em aberto. Contudo a equipe de investigação do modelo eletrônico em Belo Horizonte acredita no caráter potencializador desse programa na promoção da democracia e cidadania e as investigações futuras serão desenvolvidas no intuito de colaborar com o processo de disseminação da informação governamental de Domínio público.

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL**, Ana Maria. *Democracia informação e cidadania. A vez e a voz das classes populares em Minas Gerais*. São Paulo: ECA/USP, 1995. (Tese Doutorado).
- CASTELLS**, Manuel. *Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CHIAVEGATTO**, M. V. *As práticas do gerenciamento da informação- estudo exploratório da prefeitura de Belo Horizonte*. Fundação João Pinheiro, 1999. Dissertação de Mestrado.
- HARVEY**, D. *Justice, nature and the geography of difference*. Cambridge: Balckwell Publishers, 1996.
- HARVEY**, D. *The urban process under capitalism*. (In) **DEAR**, M. E **SCOTT**, A. *Urbanization and urban planning in capitalist societies*. New York, Mthen and Co, 1981. p. 91-122.
- JACOBI**, Pedro Roberto. *Equipamentos de consumo coletivos, demandas sociais, e cidadania* (In). **COVRE**, Maria. *A cidadania que não temos*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- LEFEBVRE**, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LÉVY**. *O que é virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- LOJKINE**, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. Cap.2.
- MAIA**, Rousiley C. M. *Redes cívicas e Internet*. (In). **CEPIK**, Marco e **EISENBERG**, José. *Internet e política-Teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.
- SANTOS**, M. *Por uma outra globalização- do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 9ªed.2002.
- SENE**, Eustáquio de. *Globalização e espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2004.
- www.phg.gov.br- acesso 01-10-2007